


 <b>Interligação Elétrica Aimorés S.A.</b> CNPJ nº 26.707.830/0001-47 Relatório da Administração																																																																																																																																										
A Administração da Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Desempenho Financeiro - R\$ mil</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita operacional líquida</td> <td>142.329</td> <td>124.351</td> </tr> <tr> <td>EBITDA</td> <td>143.236</td> <td>119.898</td> </tr> <tr> <td>Margem EBITDA</td> <td>100,64%</td> <td>96,42%</td> </tr> <tr> <td>Reconciliação do EBITDA</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>122.272</td> <td>97.270</td> </tr> <tr> <td>Resultado financeiro</td> <td>(1.392)</td> <td>(4.359)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>22.356</td> <td>26.926</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>125</td> <td>61</td> </tr> <tr> <td>EBITDA</td> <td>143.111</td> <td>119.898</td> </tr> </tbody> </table>		Desempenho Financeiro - R\$ mil	31/12/2024	31/12/2023	Receita operacional líquida	142.329	124.351	EBITDA	143.236	119.898	Margem EBITDA	100,64%	96,42%	Reconciliação do EBITDA			Lucro líquido do exercício	122.272	97.270	Resultado financeiro	(1.392)	(4.359)	Imposto de renda e contribuição social	22.356	26.926	Depreciação e amortização	125	61	EBITDA	143.111	119.898																																																																																																									
Desempenho Financeiro - R\$ mil	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																																								
Receita operacional líquida	142.329	124.351																																																																																																																																								
EBITDA	143.236	119.898																																																																																																																																								
Margem EBITDA	100,64%	96,42%																																																																																																																																								
Reconciliação do EBITDA																																																																																																																																										
Lucro líquido do exercício	122.272	97.270																																																																																																																																								
Resultado financeiro	(1.392)	(4.359)																																																																																																																																								
Imposto de renda e contribuição social	22.356	26.926																																																																																																																																								
Depreciação e amortização	125	61																																																																																																																																								
EBITDA	143.111	119.898																																																																																																																																								
<b>A Companhia</b> A Aimorés é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de novembro de 2016, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica no estado de Minas Gerais, proveniente do Leilão ANEEL nº 13/2015. Possui o controle compartilhado da Aimorés, por meio de Acordo de Acionistas a: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") – 50% e ISA ENERGIA BRASIL. ("ISA Energia") – 50%.		um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.																																																																																																																																								
<b>Governança Corporativa</b> A Taesa realiza atividades administrativas da Aimorés e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.																																																																																																																																										
<b>Sistema de Gestão</b> A Aimorés, respaldada pela Alta Direção e por seus colaboradores, manifesta seu compromisso com o Sistema de Gestão Integrado, que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Declarando como diretrizes globais da organização o atendimento aos requisitos legais, regulatórios e do cliente, o comprometimento com a excelência e a melhoria contínua dos processos, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de subestação e linhas de transmissão de energia elétrica.																																																																																																																																										
<b>Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b> (Valores expressos em milhares de reais - R\$)		<b>Demonstração do resultado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b> (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)																																																																																																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nota</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Ativos</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Ativos circulantes</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>4 16.163</td> <td>16.254</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de concessionárias e permissionárias</td> <td>5 11.133</td> <td>9.924</td> </tr> <tr> <td>Ativo de contrato de concessão</td> <td>6 93.311</td> <td>89.384</td> </tr> <tr> <td>Impostos e contribuições sociais correntes</td> <td>7 4.915</td> <td>3.618</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a receber e outros ativos</td> <td>1.650</td> <td>4.094</td> </tr> <tr> <td><b>Total dos ativos circulantes</b></td> <td><b>127.172</b></td> <td><b>123.274</b></td> </tr> <tr> <td><b>Ativos não circulantes</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de concessionárias e permissionárias</td> <td>5 815</td> <td>1.393</td> </tr> <tr> <td>Ativo de contrato de concessão</td> <td>6 971.809</td> <td>936.584</td> </tr> <tr> <td>Depósitos judiciais</td> <td>1.859</td> <td>1.652</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso</td> <td>145</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado</td> <td>576</td> <td>660</td> </tr> <tr> <td><b>Total dos ativos não circulantes</b></td> <td><b>975.204</b></td> <td><b>940.289</b></td> </tr> <tr> <td><b>Total dos ativos</b></td> <td><b>1.102.376</b></td> <td><b>1.063.563</b></td> </tr> </tbody> </table>		Nota	31/12/2024	31/12/2023	<b>Ativos</b>			<b>Ativos circulantes</b>			Caixa e equivalentes de caixa	4 16.163	16.254	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5 11.133	9.924	Ativo de contrato de concessão	6 93.311	89.384	Impostos e contribuições sociais correntes	7 4.915	3.618	Outras contas a receber e outros ativos	1.650	4.094	<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>127.172</b>	<b>123.274</b>	<b>Ativos não circulantes</b>			Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5 815	1.393	Ativo de contrato de concessão	6 971.809	936.584	Depósitos judiciais	1.859	1.652	Direito de uso	145	-	Imobilizado	576	660	<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>975.204</b>	<b>940.289</b>	<b>Total dos ativos</b>	<b>1.102.376</b>	<b>1.063.563</b>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nota</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Passivos</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Passivos circulantes</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>10 10.646</td> <td>22.260</td> </tr> <tr> <td>Passivo de arrendamento</td> <td>15 1.375</td> <td>1.375</td> </tr> <tr> <td>Impostos e contribuições sociais correntes</td> <td>7 10.371</td> <td>4.750</td> </tr> <tr> <td>Taxas regulamentares</td> <td>1.039</td> <td>623</td> </tr> <tr> <td>Dividendos a pagar</td> <td>11 37.422</td> <td>19.284</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>1.457</td> <td>950</td> </tr> <tr> <td><b>Total dos passivos circulantes</b></td> <td><b>60.981</b></td> <td><b>47.867</b></td> </tr> <tr> <td><b>Passivos não circulantes</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Passivo de arrendamento</td> <td>109</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Impostos e contribuições sociais diferidos</td> <td>8 221.865</td> <td>203.588</td> </tr> <tr> <td>Tributos diferidos</td> <td>9 97.497</td> <td>94.306</td> </tr> <tr> <td>Provisão para contingências</td> <td>12 3.029</td> <td>1.877</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>5.844</td> <td>17.250</td> </tr> <tr> <td><b>Total dos passivos não circulantes</b></td> <td><b>328.344</b></td> <td><b>317.291</b></td> </tr> <tr> <td><b>Total dos passivos</b></td> <td><b>389.325</b></td> <td><b>365.158</b></td> </tr> <tr> <td><b>Patrimônio líquido</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Capital social</td> <td>395.400</td> <td>395.400</td> </tr> <tr> <td>Reserva de lucros</td> <td>317.651</td> <td>303.005</td> </tr> <tr> <td><b>Total do patrimônio líquido</b></td> <td><b>713.051</b></td> <td><b>698.405</b></td> </tr> <tr> <td><b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b></td> <td><b>1.102.376</b></td> <td><b>1.063.563</b></td> </tr> </tbody> </table>		Nota	31/12/2024	31/12/2023	<b>Passivos</b>			<b>Passivos circulantes</b>			Fornecedores	10 10.646	22.260	Passivo de arrendamento	15 1.375	1.375	Impostos e contribuições sociais correntes	7 10.371	4.750	Taxas regulamentares	1.039	623	Dividendos a pagar	11 37.422	19.284	Outras contas a pagar	1.457	950	<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>60.981</b>	<b>47.867</b>	<b>Passivos não circulantes</b>			Passivo de arrendamento	109	-	Impostos e contribuições sociais diferidos	8 221.865	203.588	Tributos diferidos	9 97.497	94.306	Provisão para contingências	12 3.029	1.877	Outras contas a pagar	5.844	17.250	<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>328.344</b>	<b>317.291</b>	<b>Total dos passivos</b>	<b>389.325</b>	<b>365.158</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			Capital social	395.400	395.400	Reserva de lucros	317.651	303.005	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>713.051</b>	<b>698.405</b>	<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>	<b>1.102.376</b>	<b>1.063.563</b>															
Nota	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																																								
<b>Ativos</b>																																																																																																																																										
<b>Ativos circulantes</b>																																																																																																																																										
Caixa e equivalentes de caixa	4 16.163	16.254																																																																																																																																								
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5 11.133	9.924																																																																																																																																								
Ativo de contrato de concessão	6 93.311	89.384																																																																																																																																								
Impostos e contribuições sociais correntes	7 4.915	3.618																																																																																																																																								
Outras contas a receber e outros ativos	1.650	4.094																																																																																																																																								
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>127.172</b>	<b>123.274</b>																																																																																																																																								
<b>Ativos não circulantes</b>																																																																																																																																										
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5 815	1.393																																																																																																																																								
Ativo de contrato de concessão	6 971.809	936.584																																																																																																																																								
Depósitos judiciais	1.859	1.652																																																																																																																																								
Direito de uso	145	-																																																																																																																																								
Imobilizado	576	660																																																																																																																																								
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>975.204</b>	<b>940.289</b>																																																																																																																																								
<b>Total dos ativos</b>	<b>1.102.376</b>	<b>1.063.563</b>																																																																																																																																								
Nota	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																																								
<b>Passivos</b>																																																																																																																																										
<b>Passivos circulantes</b>																																																																																																																																										
Fornecedores	10 10.646	22.260																																																																																																																																								
Passivo de arrendamento	15 1.375	1.375																																																																																																																																								
Impostos e contribuições sociais correntes	7 10.371	4.750																																																																																																																																								
Taxas regulamentares	1.039	623																																																																																																																																								
Dividendos a pagar	11 37.422	19.284																																																																																																																																								
Outras contas a pagar	1.457	950																																																																																																																																								
<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>60.981</b>	<b>47.867</b>																																																																																																																																								
<b>Passivos não circulantes</b>																																																																																																																																										
Passivo de arrendamento	109	-																																																																																																																																								
Impostos e contribuições sociais diferidos	8 221.865	203.588																																																																																																																																								
Tributos diferidos	9 97.497	94.306																																																																																																																																								
Provisão para contingências	12 3.029	1.877																																																																																																																																								
Outras contas a pagar	5.844	17.250																																																																																																																																								
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>328.344</b>	<b>317.291</b>																																																																																																																																								
<b>Total dos passivos</b>	<b>389.325</b>	<b>365.158</b>																																																																																																																																								
<b>Patrimônio líquido</b>																																																																																																																																										
Capital social	395.400	395.400																																																																																																																																								
Reserva de lucros	317.651	303.005																																																																																																																																								
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>713.051</b>	<b>698.405</b>																																																																																																																																								
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>	<b>1.102.376</b>	<b>1.063.563</b>																																																																																																																																								
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.																																																																																																																																										
<b>Demonstração da mutação do patrimônio líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b> (Valores expressos em milhares de reais - R\$)																																																																																																																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Nota</th> <th colspan="2">Reservas de lucros</th> <th rowspan="2">Lucros a realizar</th> <th rowspan="2">Retenção de lucros</th> <th rowspan="2">Lucros acumulados</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Capital social</th> <th>Legal</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b></td> <td><b>395.400</b></td> <td><b>18.281</b></td> <td><b>150.887</b></td> <td><b>163.474</b></td> <td>-</td> <td><b>728.042</b></td> </tr> <tr> <td>Dividendos intercalares pagos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(107.623)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(107.623)</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>97.270</td> <td>97.270</td> </tr> <tr> <td>Destinação do lucro líquido do exercício:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>-</td> <td>4.864</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(4.864)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Reserva de incentivo fiscal</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>15.269</td> <td>-</td> <td>(15.269)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Reserva de lucros a realizar</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>57.853</td> <td>-</td> <td>(57.853)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Dividendos mínimos obrigatórios</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(19.284)</td> <td>(19.284)</td> </tr> <tr> <td><b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b></td> <td><b>395.400</b></td> <td><b>23.145</b></td> <td><b>151.117</b></td> <td><b>163.474</b></td> <td>-</td> <td><b>698.405</b></td> </tr> <tr> <td>Dividendos intermediários pagos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(42.247)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(42.247)</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>122.272</td> <td>122.272</td> </tr> <tr> <td>Destinação do lucro líquido do exercício:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dividendos intercalares declarados</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(21.353)</td> <td>(21.353)</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre capital próprio declarados</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(44.026)</td> <td>(44.026)</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>-</td> <td>6.114</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(6.114)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Reserva de incentivo fiscal</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>11.877</td> <td>-</td> <td>(11.877)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Reserva de lucros a realizar</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>38.902</td> <td>-</td> <td>(38.902)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b></td> <td><b>395.400</b></td> <td><b>29.259</b></td> <td><b>27.146</b></td> <td><b>163.474</b></td> <td>-</td> <td><b>713.051</b></td> </tr> </tbody> </table>				Nota	Reservas de lucros		Lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Capital social	Legal	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>395.400</b>	<b>18.281</b>	<b>150.887</b>	<b>163.474</b>	-	<b>728.042</b>	Dividendos intercalares pagos	-	-	(107.623)	-	-	(107.623)	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	97.270	97.270	Destinação do lucro líquido do exercício:							Reserva legal	-	4.864	-	-	(4.864)	-	Reserva de incentivo fiscal	-	-	15.269	-	(15.269)	-	Reserva de lucros a realizar	-	-	57.853	-	(57.853)	-	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(19.284)	(19.284)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>395.400</b>	<b>23.145</b>	<b>151.117</b>	<b>163.474</b>	-	<b>698.405</b>	Dividendos intermediários pagos	-	-	(42.247)	-	-	(42.247)	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	122.272	122.272	Destinação do lucro líquido do exercício:							Dividendos intercalares declarados	-	-	-	-	(21.353)	(21.353)	Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(44.026)	(44.026)	Reserva legal	-	6.114	-	-	(6.114)	-	Reserva de incentivo fiscal	-	-	11.877	-	(11.877)	-	Reserva de lucros a realizar	-	-	38.902	-	(38.902)	-	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>395.400</b>	<b>29.259</b>	<b>27.146</b>	<b>163.474</b>	-	<b>713.051</b>
Nota	Reservas de lucros		Lucros a realizar		Retenção de lucros	Lucros acumulados					Total																																																																																																																															
	Capital social	Legal																																																																																																																																								
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>395.400</b>	<b>18.281</b>	<b>150.887</b>	<b>163.474</b>	-	<b>728.042</b>																																																																																																																																				
Dividendos intercalares pagos	-	-	(107.623)	-	-	(107.623)																																																																																																																																				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	97.270	97.270																																																																																																																																				
Destinação do lucro líquido do exercício:																																																																																																																																										
Reserva legal	-	4.864	-	-	(4.864)	-																																																																																																																																				
Reserva de incentivo fiscal	-	-	15.269	-	(15.269)	-																																																																																																																																				
Reserva de lucros a realizar	-	-	57.853	-	(57.853)	-																																																																																																																																				
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(19.284)	(19.284)																																																																																																																																				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>395.400</b>	<b>23.145</b>	<b>151.117</b>	<b>163.474</b>	-	<b>698.405</b>																																																																																																																																				
Dividendos intermediários pagos	-	-	(42.247)	-	-	(42.247)																																																																																																																																				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	122.272	122.272																																																																																																																																				
Destinação do lucro líquido do exercício:																																																																																																																																										
Dividendos intercalares declarados	-	-	-	-	(21.353)	(21.353)																																																																																																																																				
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(44.026)	(44.026)																																																																																																																																				
Reserva legal	-	6.114	-	-	(6.114)	-																																																																																																																																				
Reserva de incentivo fiscal	-	-	11.877	-	(11.877)	-																																																																																																																																				
Reserva de lucros a realizar	-	-	38.902	-	(38.902)	-																																																																																																																																				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>395.400</b>	<b>29.259</b>	<b>27.146</b>	<b>163.474</b>	-	<b>713.051</b>																																																																																																																																				
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.																																																																																																																																										
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b> (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)																																																																																																																																										
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b> A Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de novembro de 2016, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Américas, 2.480, bloco 6, sala 201, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social: A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção da linha de transmissão Padre Paraíso 2 – Governador Valadares 6 C2 em 500 KV, com extensão aproximada de 208 km, localizada no estado Minas Gerais, nos termos do contrato de concessão nº 04/2017, celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por um prazo de 30 anos. A Companhia finalizou suas obras e entrou em operação em maio de 2022. <b>Controladores</b> – Possuem o controle em conjunto da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") e ISA ENERGIA BRASIL S.A. ("ISA Energia"). Nos termos do Despacho nº 2.933/2024, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 01 de outubro de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, profereu decisão no sentido de dar provimento parcial ao pedido de excludente de responsabilidade interposto pela Aimorés, cujos efeitos são: (i) recomposição do prazo contratual em 55 (cinquenta e cinco) dias; e (ii) determinação para que o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS reconstitua as Parcelas Variáveis por Atraso na Entrada em Operação - PVA das instalações outorgadas pelo Contrato de Concessão nº 04/2017-ANEEL. A recomposição do prazo contratual foi formalizada por meio do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, em 13 de março de 2025.																																																																																																																																										
<b>2. BASE DE PREPARAÇÃO</b> <b>2.1. Declaração de conformidade:</b> As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2025. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na prestação da Companhia.																																																																																																																																										
<b>2.2. Base de mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. <b>2.3. Moeda funcional e de apresentação:</b> As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. <b>2.4. Uso de estimativas e julgamentos:</b> A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são: a) <b>Ativo de contrato de concessão</b> - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter). A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção. A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa sobre investimentos e recebimentos. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia inscrita do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação como parcela variável. Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo prestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. b) <b>Avaliação de instrumentos financeiros</b> – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. c) <b>Impostos, contribuições e tributos</b> - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. d) <b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b> - São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. e) <b>Provisões para contingências</b> - A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos inerentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. f) <b>Arrendamentos</b> - A Companhia tendo como base a norma CPC 06 – R2 aplica o modelo de contabilização de arrendamentos normatizada para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia mensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento, para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo "direito de uso". g) <b>Perdas de crédito esperadas (PCE)</b> - O ajuste para perdas de crédito esperadas é registrado com base na melhor expectativa da administração. O saldo a receber é analisado, em sua totalidade, sendo feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos. <b>2.5. Sazonalidade:</b> A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.																																																																																																																																										
<b>3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS</b> <b>3.1. Reconhecimento de receita:</b> Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas em: a) <b>Receita de concessão</b> - Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem. A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, forma-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo seria requerida para que o referido montante seja recebido. b) <b>Remuneração do ativo de contrato de concessão</b> - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa em 7,85% ao ano. c) <b>Receita de concessão monetária do ativo de contrato de concessão</b> - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologias definidas no contrato de concessão. d) <b>Receita de operação e manutenção</b> - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização do exercício de desempenho, acrescidos de margem. <b>3.2. Instrumentos financeiros:</b> a) <b>Ativos financeiros:</b> Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma: <b>Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado</b> - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros destinados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. <b>Custo amortizado</b> - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) <b>Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment")</b> - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) <b>Baixa de ativos financeiros</b> - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como																																																																																																																																										
<b>Demonstração do resultado abrangente para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b> (Valores expressos em milhares de reais - R\$)																																																																																																																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nota</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas</b></td> <td><b>62.257</b></td> <td><b>47.344</b></td> </tr> <tr> <td><b>Remuneração do ativo contrato de concessão</b></td> <td><b>80.072</b></td> <td><b>77.007</b></td> </tr> <tr> <td><b>Receita operacional líquida</b></td> <td><b>142.329</b></td> <td><b>124.351</b></td> </tr> <tr> <td><b>Custos operacionais</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pessoal</td> <td>(1.507)</td> <td>(1.960)</td> </tr> <tr> <td>Material</td> <td>(160)</td> <td>(43)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>(41)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td>(1.065)</td> <td>(1.247)</td> </tr> <tr> <td>Reversão (custos) operacionais</td> <td>8.388</td> <td>(165)</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>5.608</b></td> <td><b>(3.415)</b></td> </tr> <tr> <td><b>Lucro Bruto</b></td> <td><b>147.937</b></td> <td><b>120.936</b></td> </tr> <tr> <td><b>Despesas gerais e administrativas</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pessoal e administradores</td> <td>(2.112)</td> <td>(568)</td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td>(479)</td> <td>(338)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>(84)</td> <td>(61)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas operacionais</td> <td>(2.206)</td> <td>(132)</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>(4.701)</b></td> <td><b>(1.099)</b></td> </tr> <tr> <td><b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas dos impostos e contribuições</b></td> <td><b>143.236</b></td> <td><b>119.837</b></td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>2.108</td> <td>4.539</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>(716)</td> <td>(180)</td> </tr> <tr> <td><b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b></td> <td><b>1.392</b></td> <td><b>4.359</b></td> </tr> <tr> <td><b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b></td> <td><b>144.628</b></td> <td><b>124.196</b></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social correntes</td> <td>(4.348)</td> <td>(5.508)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos</td> <td>(18.008)</td> <td>(21.418)</td> </tr> <tr> <td><b>Imposto de renda e contribuição social</b></td> <td><b>(22.356)</b></td> <td><b>(26.926)</b></td> </tr> <tr> <td><b>Lucro líquido do exercício</b></td> <td><b>122.272</b></td> <td><b>97.270</b></td> </tr> </tbody> </table>				Nota	31/12/2024	31/12/2023	<b>Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas</b>	<b>62.257</b>	<b>47.344</b>	<b>Remuneração do ativo contrato de concessão</b>	<b>80.072</b>	<b>77.007</b>	<b>Receita operacional líquida</b>	<b>142.329</b>	<b>124.351</b>	<b>Custos operacionais</b>			Pessoal	(1.507)	(1.960)	Material	(160)	(43)	Depreciação e amortização	(41)	-	Serviços de terceiros	(1.065)	(1.247)	Reversão (custos) operacionais	8.388	(165)	<b>Total</b>	<b>5.608</b>	<b>(3.415)</b>	<b>Lucro Bruto</b>	<b>147.937</b>	<b>120.936</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>			Pessoal e administradores	(2.112)	(568)	Serviços de terceiros	(479)	(338)	Depreciação e amortização	(84)	(61)	Outras despesas operacionais	(2.206)	(132)	<b>Total</b>	<b>(4.701)</b>	<b>(1.099)</b>	<b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas dos impostos e contribuições</b>	<b>143.236</b>	<b>119.837</b>	Receitas financeiras	2.108	4.539	Despesas financeiras	(716)	(180)	<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>1.392</b>	<b>4.359</b>	<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b>	<b>144.628</b>	<b>124.196</b>	Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.348)	(5.508)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.008)	(21.418)	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(22.356)</b>	<b>(26.926)</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>122.272</b>	<b>97.270</b>																																																						
Nota	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																																								
<b>Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas</b>	<b>62.257</b>	<b>47.344</b>																																																																																																																																								
<b>Remuneração do ativo contrato de concessão</b>	<b>80.072</b>	<b>77.007</b>																																																																																																																																								
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>142.329</b>	<b>124.351</b>																																																																																																																																								
<b>Custos operacionais</b>																																																																																																																																										
Pessoal	(1.507)	(1.960)																																																																																																																																								
Material	(160)	(43)																																																																																																																																								
Depreciação e amortização	(41)	-																																																																																																																																								
Serviços de terceiros	(1.065)	(1.247)																																																																																																																																								
Reversão (custos) operacionais	8.388	(165)																																																																																																																																								
<b>Total</b>	<b>5.608</b>	<b>(3.415)</b>																																																																																																																																								
<b>Lucro Bruto</b>	<b>147.937</b>	<b>120.936</b>																																																																																																																																								
<b>Despesas gerais e administrativas</b>																																																																																																																																										
Pessoal e administradores	(2.112)	(568)																																																																																																																																								
Serviços de terceiros	(479)	(338)																																																																																																																																								
Depreciação e amortização	(84)	(61)																																																																																																																																								
Outras despesas operacionais	(2.206)	(132)																																																																																																																																								
<b>Total</b>	<b>(4.701)</b>	<b>(1.099)</b>																																																																																																																																								
<b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas dos impostos e contribuições</b>	<b>143.236</b>	<b>119.837</b>																																																																																																																																								
Receitas financeiras	2.108	4.539																																																																																																																																								
Despesas financeiras	(716)	(180)																																																																																																																																								
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>1.392</b>	<b>4.359</b>																																																																																																																																								
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b>	<b>144.628</b>	<b>124.196</b>																																																																																																																																								
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.348)	(5.508)																																																																																																																																								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.008)	(21.418)																																																																																																																																								
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(22.356)</b>	<b>(26.926)</b>																																																																																																																																								
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>122.272</b>	<b>97.270</b>																																																																																																																																								
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.																																																																																																																																										
<b>Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b> (Valores expressos em milhares de reais - R\$)																																																																																																																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nota</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b></td> <td>122.272</td> <td>97.270</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ajustes para:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>18 125</td> <td>61</td> </tr> <tr> <td>Provisão para contingência</td> <td>12 922</td> <td>173</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre passivo de arrendamento</td> <td>-</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social correntes</td> <td>7 4.348</td> <td>5.508</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos</td> <td>8 18.008</td> <td>21.418</td> </tr> <tr> <td>Tributos diferidos</td> <td>9 3.192</td> <td>2.812</td> </tr> <tr> <td>Remuneração do ativo de contrato de concessão</td> <td>6 (80.072)</td> <td>(77.007)</td> </tr> <tr> <td>Correção monetária do ativo de contrato de concessão</td> <td>6 (53.517)</td> <td>(44.734)</td> </tr> <tr> <td>(Reversão) para parcela variável</td> <td>(7.611)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Receita de atualização monetária de depósitos judiciais</td> <td>(62)</td> <td>(55)</td> </tr> <tr> <td>Despesa de atualização monetária de contingências</td> <td>12 350</td> <td>61</td> </tr> <tr> <td>Reversão de multa PVA</td> <td>18 (8.500)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Perdas de Crédito Esperadas</td> <td>18 1.800</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>1.269</b></td> <td><b>5.507</b></td> </tr> <tr> <td><b>Variações nos ativos e passivos:</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Redução nos saldos de contas a receber de concessionárias e permissionárias, e do ativo de contrato de concessão</td> <td>92.007</td> <td>90.800</td> </tr> <tr> <td>Redução (Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo</td> <td>3.195</td> <td>(1.415)</td> </tr> <tr> <td>Redução (Aumento) no saldo de outros créditos</td> <td>2.301</td> <td>(2.404)</td> </tr> <tr> <td>(Redução) no saldo de fornecedores</td> <td>(3.114)</td> <td>(814)</td> </tr> <tr> <td>Aumento no saldo de taxas regulamentares</td> <td>416</td> <td>305</td> </tr> <tr> <td>(Redução) Aumento no saldo de outras contas a pagar</td> <td>(3.410)</td> <td>4.485</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>91.395</b></td> <td><b>90.957</b></td> </tr> <tr> <td><b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b></td> <td><b>92.564</b></td> <td><b>96.464</b></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social pagos</td> <td>(9.825)</td> <td>(6.645)</td> </tr> <tr> <td><b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b></td> <td><b>82.739</b></td> <td><b>89.819</b></td> </tr> <tr> <td><b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Adições no imobilizado</td> <td>-</td> <td>(4)</td> </tr> <tr> <td><b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>(4)</b></td> </tr> <tr> <td><b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pagamento de passivo de arrendamento</td> <td>(46)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Pagamento de dividendos e JCP</td> <td>11 (82.884)</td> <td>(139.598)</td> </tr> <tr> <td><b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento</b></td> <td><b>(82.930)</b></td> <td><b>(139.598)</b></td> </tr> <tr> <td><b>(Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b></td> <td><b>(91)</b></td> <td><b>(49.783)</b></td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa</td> <td>16.254</td> <td>66.037</td> </tr> <tr> <td>Saldo final do caixa e equivalentes de caixa</td> <td>16.163</td> <td>16.254</td> </tr> <tr> <td><b>(Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b></td> <td><b>(91)</b></td> <td><b>(49.783)</b></td> </tr> </tbody> </table>				Nota	31/12/2024	31/12/2023	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	122.272	97.270	Lucro líquido do exercício			Ajustes para:			Depreciação e amortização	18 125	61	Provisão para contingência	12 922	173	Juros sobre passivo de arrendamento	-	14	Imposto de renda e contribuição social correntes	7 4.348	5.508	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 18.008	21.418	Tributos diferidos	9 3.192	2.812	Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 (80.072)	(77.007)	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 (53.517)	(44.734)	(Reversão) para parcela variável	(7.611)	-	Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(62)	(55)	Despesa de atualização monetária de contingências	12 350	61	Reversão de multa PVA	18 (8.500)	-	Perdas de Crédito Esperadas	18 1.800	-	<b>Total</b>	<b>1.269</b>	<b>5.507</b>	<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			Redução nos saldos de contas a receber de concessionárias e permissionárias, e do ativo de contrato de concessão	92.007	90.800	Redução (Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo	3.195	(1.415)	Redução (Aumento) no saldo de outros créditos	2.301	(2.404)	(Redução) no saldo de fornecedores	(3.114)	(814)	Aumento no saldo de taxas regulamentares	416	305	(Redução) Aumento no saldo de outras contas a pagar	(3.410)	4.485	<b>Total</b>	<b>91.395</b>	<b>90.957</b>	<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>92.564</b>	<b>96.464</b>	Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.825)	(6.645)	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>82.739</b>	<b>89.819</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			Adições no imobilizado	-	(4)	<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			Pagamento de passivo de arrendamento	(46)	-	Pagamento de dividendos e JCP	11 (82.884)	(139.598)	<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento</b>	<b>(82.930)</b>	<b>(139.598)</b>	<b>(Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(91)</b>	<b>(49.783)</b>	Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	16.254	66.037	Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	16.163	16.254	<b>(Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(91)</b>	<b>(49.783)</b>															
Nota	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																																								
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	122.272	97.270																																																																																																																																								
Lucro líquido do exercício																																																																																																																																										
Ajustes para:																																																																																																																																										
Depreciação e amortização	18 125	61																																																																																																																																								
Provisão para contingência	12 922	173																																																																																																																																								
Juros sobre passivo de arrendamento	-	14																																																																																																																																								
Imposto de renda e contribuição social correntes	7 4.348	5.508																																																																																																																																								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 18.008	21.418																																																																																																																																								
Tributos diferidos	9 3.192	2.812																																																																																																																																								
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 (80.072)	(77.007)																																																																																																																																								
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 (53.517)	(44.734)																																																																																																																																								
(Reversão) para parcela variável	(7.611)	-																																																																																																																																								
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(62)	(55)																																																																																																																																								
Despesa de atualização monetária de contingências	12 350	61																																																																																																																																								
Reversão de multa PVA	18 (8.500)	-																																																																																																																																								
Perdas de Crédito Esperadas	18 1.800	-																																																																																																																																								
<b>Total</b>	<b>1.269</b>	<b>5.507</b>																																																																																																																																								
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>																																																																																																																																										
Redução nos saldos de contas a receber de concessionárias e permissionárias, e do ativo de contrato de concessão	92.007	90.800																																																																																																																																								
Redução (Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo	3.195	(1.415)																																																																																																																																								
Redução (Aumento) no saldo de outros créditos	2.301	(2.404)																																																																																																																																								
(Redução) no saldo de fornecedores	(3.114)	(814)																																																																																																																																								
Aumento no saldo de taxas regulamentares	416	305																																																																																																																																								
(Redução) Aumento no saldo de outras contas a pagar	(3.410)	4.485																																																																																																																																								
<b>Total</b>	<b>91.395</b>	<b>90.957</b>																																																																																																																																								
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>92.564</b>	<b>96.464</b>																																																																																																																																								
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.825)	(6.645)																																																																																																																																								
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>82.739</b>	<b>89.819</b>																																																																																																																																								
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>																																																																																																																																										
Adições no imobilizado	-	(4)																																																																																																																																								
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>																																																																																																																																								
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>																																																																																																																																										
Pagamento de passivo de arrendamento	(46)	-																																																																																																																																								
Pagamento de dividendos e JCP	11 (82.884)	(139.598)																																																																																																																																								
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento</b>	<b>(82.930)</b>	<b>(139.598)</b>																																																																																																																																								
<b>(Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(91)</b>	<b>(49.783)</b>																																																																																																																																								
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	16.254	66.037																																																																																																																																								
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	16.163	16.254																																																																																																																																								
<b>(Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(91)</b>	<b>(49.783)</b>																																																																																																																																								
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.																																																																																																																																										
<b>3.3. Provisões para contingências:</b> Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. <b>3.4. Imposto de renda e contribuição social:</b> O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substancialmente determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores. Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. <b>3.5. Normas e interpretações novas e revisadas:</b> a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024:																																																																																																																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Norma</th> <th>Descrição da alteração</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras</td> <td>As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.</td> </tr> <tr> <td>IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos</td> <td>Emissão de orientações adicionais sobre a mensuração subsequente para transações de Sale and Leaseback; onde especifica que o vendedor-arrendatário deve mensurar subseqüentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo, que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda e retroarrendamento.</td> </tr> <tr> <td>IAS 7 / CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa</td></tr></tbody></table>				Norma	Descrição da alteração	IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	Emissão de orientações adicionais sobre a mensuração subsequente para transações de Sale and Leaseback; onde especifica que o vendedor-arrendatário deve mensurar subseqüentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo, que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda e retroarrendamento.	IAS 7 / CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa																																																																																																																																
Norma	Descrição da alteração																																																																																																																																									
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.																																																																																																																																									
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	Emissão de orientações adicionais sobre a mensuração subsequente para transações de Sale and Leaseback; onde especifica que o vendedor-arrendatário deve mensurar subseqüentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo, que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda e retroarrendamento.																																																																																																																																									
IAS 7 / CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa																																																																																																																																										

Interligação Elétrica Aimorés S.A.									
CNPJ nº 26.707.830/0001-47									
As normas listadas na tabela acima não trouxeram impactos para essa Demonstração Financeira.									
b) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025:									
Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos						
Alterações à IAS 21	Falta de Conversibilidade: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for.	01/01/2027	A Companhia não espera impactos sobre as demonstrações financeiras em função da referida norma.						
OCPC 10 - Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A Orientação Técnica OCPC 10, estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIOs). Emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Resolução CVM nº 223/2024, a orientação visa disciplinar os métodos e interpretações contábeis aplicáveis ao reconhecimento e mensuração desses ativos e passivos, sem abordar questões tributárias ou jurídicas.	01/01/2026	A companhia está avaliando os impactos da referida norma.						
IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	A IFRS 7 (CPC 40) incluirá novas emendas que aprimoram a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas emendas visam fornecer divulgações mais detalhadas sobre ativos financeiros com características vinculadas a ESG (Environmental, Social, and Governance) e sobre a liquidação de passivos financeiros por meio de pagamentos eletrônicos.	01/01/2026	A companhia está avaliando os impactos das mudanças na referida norma.						
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros	A IFRS 9 (CPC 48) incluirá novas emendas que aprimoram a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Essas emendas visam fornecer maior clareza sobre a contabilização de instrumentos financeiros com características de sustentabilidade (ESG) e introduzem requisitos adicionais para a divulgação de riscos associados a esses instrumentos.	01/01/2026	A companhia está avaliando os impactos das mudanças na referida norma.						
IFRS 18: Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras. A norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A IFRS 18 também exige que a companhia divulgue explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027	A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.						
IFRS 19: Divulgações de Subsidiárias sem responsabilidade pública	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas IFRS nas suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver prestação de contas pública e se a sua controladora final ou intermediária produzir demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que cumpram as Normas IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para subsidiárias que optem por aplicá-la.	01/01/2027	A Companhia não espera impactos sobre as demonstrações financeiras do Grupo em função da referida norma.						
Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.									
<b>4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>									
			31/12/2024	31/12/2023					
Caixa e bancos			39	43					
Aplicações financeiras			16.124	16.211					
			16.163	16.254					
<b>Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras</b>			<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>					
CDB			100% do CDI	101% do CDI					
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.									
<b>5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS</b>									
			31/12/2024	31/12/2023					
Concessionárias e permissionárias			13.748	11.317					
Perdas de crédito esperadas (PCE) <sup>1</sup>			(1.800)	-					
<b>Circulante</b>			<b>11.133</b>	<b>9.924</b>					
<b>Não circulante<sup>2</sup></b>			<b>815</b>	<b>1.393</b>					
<sup>1</sup> A constituição se refere à identificação de risco na base de clientes no exercício e foi realizada conforme as melhores informações e expectativas da Administração. <sup>2</sup> O saldo refere-se aos valores contestados por usuários acerca (i) de cobranças dos montantes determinados pelo ONS e (ii) de Avisos de Crédito - AVC complementares de rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais estão em discussão nas esferas administrativa e judicial.									
			31/12/2023	31/12/2024					
<b>Movimentação das perdas de crédito esperadas</b>			<b>Adição</b>	<b>Adição</b>					
Perdas de crédito esperadas (PCE)			(1.800)	(1.800)					
Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2024	31/12/2023		
	Corrente a vencer	Corrente Vencida							
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias				
Encargos de Uso da Rede Elétrica	9.317	811	522	1.020	2.078	13.748	11.317		
Os critérios de avaliação para contabilização das perdas de crédito esperadas estão descritos na nota explicativa nº 16.5. • Principais características dos contratos de concessão: Receita Anual Permitida (RAP) - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente. Parcela variável - As receitas de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estarão sujeitas a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de indisponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso específico da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 846, de 11 de junho de 2019, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do Contrato de Concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se ao Poder Concedente, a seu exclusivo critério, prorrogar o contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, observadas as condições previstas nos contratos de concessão e na legislação e regulamentação vigentes, em caso de relicitação do empreendimento em fim de vigência, serão indenizados pela vencedora do certame à antiga Transmissora, nos termos do Edital da Licitação a ser editado pela ANEEL. Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora. Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações. Estrutura de formação da RAP - A Concessão da linha de transmissão de energia em operação é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica. • Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL:									
Ciclo 2024-2025	Ciclo 2023-2024			Ciclo 2022-2023					
Resolução 3.348 de 16/07/2024	Resolução 3.216 de 04/07/2023			Resolução 3.067 de 12/07/2022					
Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024			Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023					
RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	
113.818	(4.894)	108.924	109.518	(3.848)	105.670	105.371	(136)	105.235	
<b>6. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO</b>									
<b>Mutação do ativo de contrato de concessão</b>									
Linha de transmissão	31/12/2023	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2024				
Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	1.025.968	80.072	53.517	(94.437)	1.065.120				
<b>Circulante</b>	<b>89.384</b>				<b>93.311</b>				
<b>Não circulante</b>	<b>936.584</b>				<b>971.809</b>				
<b>Mutação do ativo de contrato de concessão</b>									
Linha de transmissão	31/12/2022	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2023				
Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	995.094	77.007	44.734	(90.867)	1.025.968				
<b>Circulante</b>	<b>85.697</b>				<b>89.384</b>				
<b>Não circulante</b>	<b>909.397</b>				<b>936.584</b>				
<b>7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES</b>									
			31/12/2024	31/12/2023					
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras			4.874	3.571					
Outros			41	47					
<b>Ativo circulante</b>			<b>4.915</b>	<b>3.618</b>					
IRPJ e CSLL correntes			2.957	4.010					
Imposto de Renda Retido na Fonte			6.699	10					
Outros			715	730					
<b>Passivo circulante</b>			<b>10.371</b>	<b>4.750</b>					
<b>8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS</b>									
			31/12/2024	31/12/2023					
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - ativo			6.329	6.703					
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - passivo <sup>1</sup>			(228.194)	(210.561)					
<b>Efeito líquido no balanço - passivo - IRPJ e CSLL - passivo</b>			<b>(221.865)</b>	<b>(203.858)</b>					
<sup>1</sup> Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.									
<b>Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos</b>					2025	2026	2027	TOTAL	
Diferenças temporárias					3.130	1.650	1.549	6.329	
<b>9. TRIBUTOS DIFERIDOS</b>									
PIS e COFINS diferidos - passivo <sup>1</sup>					31/12/2024	31/12/2023			
<sup>1</sup> Valores referentes à aplicação do CPC 47.					97.497	94.306			
<b>10. FORNECEDORES</b>									
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão - Passivo Circulante					31/12/2024	31/12/2023			
					10.646	22.260			
<b>11. PARTES RELACIONADAS</b>									
I - Outras Contas a Receber - OCR, Outras Contas a Pagar - OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP: a) Ativos e receitas									
<b>Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas</b>									
Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes					
<b>Transações com empresa ligada</b>									
1	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") - AIMORÉS x CEMIG	Valores apurados pela ONS mensalmente através do relatório de aviso de crédito	Até o término da concessão.	Não Aplicável.	Não Aplicável.				
<b>Contratos e outras transações</b>									
					31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Transações com empresa ligada</b>									
1	PSTEL - AIMORÉS X CEMIG				151	6.126	6.014		
<b>b) Passivos e despesas</b>									
<b>Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas</b>									
Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes					
<b>Transações com controladora e empresa ligada</b>									
1	OCP x Outras despesas - O&M - TAESA	R\$23 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.				
2	OCP x Outras despesas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - TAESA	N/A	16/02/2022 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.				
3	OCP x Custo com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	29/07/2021 - término indefinido	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais. A partir de 1º de abril de 2022 definiu-se a taxa de administração de 0,30% (trinta centésimos por cento). Não há atualização monetária.	O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano TAESA foi aprovado por meio da Portaria nº 517, de 29 de julho de 2021 e publicado no Diário Oficial da União em: 02/08/2021   Edição: 144   Seção: 1   Página: 27				
4	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - TAESA	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.				
<b>Contratos e outras transações</b>									
					31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Transações com controladora e empresa ligada</b>									
1	Serviços de O&M - Taesa				27	-	325	325	
2	Serviços de Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa				633	270	3.117	1.932	
3	Previdência Privada Forluz - Custo				-	-	4	3	
4	Reembolso de despesas - Taesa				126	-	-	-	
					786	270	3.446	2.260	
<b>II - Dividendos a pagar</b>									
<b>Dividendos a pagar</b>									
			31/12/2023	Adição <sup>1</sup>	Pagamento e IRRF <sup>2</sup>	31/12/2024			
Taesa			9.642	53.813	(44.744)	18.711			
Isa Brasil			9.642	53.813	(44.744)	18.711			
			19.284	107.626	(89.488)	37.422			
<sup>1</sup> Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do Imposto de Renda Retido na Fonte-IRRF.									
<sup>2</sup> Considera o valor de R\$6.604 a título de retenção do IRRF sobre os juros sobre capital próprio aprovados em 20 de dezembro de 2024.									
<b>Dividendos e JCP</b>									
Juros sobre capital próprio	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Montante					
20/12/2024	AGE	31/12/2025	44.026						
22/11/2024	AGE	26/11/2024	21.353						
23/08/2024	AGE	28/08/2024	20.754						
29/04/2024	AGO	28/05/2024	21.493						
			107.626						
Dividendos mínimos Obrigatórios	29/04/2024	AGO	28/05/2024	19.284					
				126.910					
Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das sociedades por ações. III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração. Em 2024 e 2023, não houve remuneração da administração da Companhia. Os diretores executivos são remunerados pelos acionistas que representam.									
<b>12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS</b>									
A Companhia é parte em ações judiciais perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$1.751 (R\$1.701 Em 31 de dezembro de 2023).									
			31/12/2023	Adições	Atualização	Baixa	31/12/2024		
Cíveis			1.877	922	350	(120)	3.029		
Passivos contingentes: Em 31 de dezembro de 2024, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificadas como possível era no valor atualizado de R\$12.695, referente a contingências cíveis (valor atualizado de R\$11.270, referente a contingências cíveis em 31 de dezembro de 2023), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. A principal causa classificada com expectativa de perda considerada possível está relacionada a riscos cíveis por meio de ação para que a Companhia não seja penalizada por atraso de instalações de transmissão por caso fortuito/força, totalizando o valor atualizado de R\$12.619 em 31 de dezembro de 2024 (R\$11.270 em 31 de dezembro de 2023). Tendo em vista o encerramento do processo administrativo que discute a suspensão a aplicação de multa por atraso, por conta de decisão proferida pela ANEEL favorável à Companhia, conforme o 1º Aditivo ao Contrato de Concessão ANEEL, o processo judicial atrelado ao administrativo ora mencionado será encerrador por perda de objeto.									
<b>13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>									
Capital social - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social totalmente integralizado era de R\$395.400, representado por 395.400.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.									
<b>Composição acionária em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b>									
	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)							
Taesa	197.700.000	50,00%							
Isa Brasil	197.700.000	50,00%							
<b>Total</b>	<b>395.400.000</b>	<b>100,00%</b>							
<sup>1</sup> Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais. Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; (b) Reserva de lucros a realizar - O artigo 197º, da nº Lei 6.404/76, permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício; (c) Reserva de retenção de lucros - destinada a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em que foram constituídos os saldos; e (d) Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.									
<b>Proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício</b>					31/12/2024	31/12/2023 <sup>1</sup>			
Lucro líquido do exercício					122.272	97.270			
- Dividendos intercalares					(21.353)	-			
- Juros sobre capital próprio					(44.026)	-			
- Reserva legal					(6.114)	(4.864)			
- Reserva de incentivo fiscal					(11.877)	(15.269)			
- Dividendos mínimos obrigatórios					-	(19.284)			
- Reserva de lucros a realizar					(38.902)	(57.853)			
<sup>1</sup> A AGO de 29 de abril de 2024 ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2023.									
<b>14. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>									
			31/12/2024	31/12/2023					
Imposto de renda e contribuição social correntes					(4.348)	(5.508)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos					(18.008)	(21.418)			
			(22.356)	(26.926)					
<b>Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro Real</b>					31/12/2024	31/12/2023			
Lucro antes dos impostos					144.628	124.196			
Despesa de imposto de renda e contribuição social - alíquota de 34%					(49.174)	(42.227)			
Incentivo fiscal IRPJ - SUDENE					11.877	15.269			
Incentivo fiscal IRPJ - Outros (Rouanet, Audiovisual e outros)					9	8			
JCP					14.969	-			
Outros					(37)	24			
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>					<b>(22.356)</b>	<b>(26.926)</b>			
<b>Alíquota efetiva</b>					<b>15%</b>	<b>22%</b>			



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link [https://publicidadelegal.monitormerc](https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br)

 <b>Interligação Elétrica Aimorés S.A.</b> CNPJ nº 26.707.830/0001-47																												
<b>Benefício fiscal - SUDENE</b> A Companhia possui direito a benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representa uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.																												
<b>Órgão Autorizativo</b>	<b>Lauda Constitutivo</b>	<b>Localidade Incentivada</b>	<b>Prazo</b>																									
SUDENE	257/2022	MG	31/12/2032																									
<b>15. COBERTURAS DE SEGUROS</b>																												
<b>Tipo de Seguro</b>	<b>Seguradora</b>	<b>Vigência</b>	<b>Limite Máximo de Indenização</b>	<b>DM - Valor em risco<sup>1</sup></b>	<b>Prêmio</b>																							
Responsabilidade Civil Geral	FATOR	20/09/24 a 19/09/25	20.000	-	1																							
Risco Operacional	FAIRFAX	18/10/23 a 17/04/25	-	1.436	20																							
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	EZZE	19/09/24 a 18/09/25	60.000	-	1																							
<sup>1</sup> Os valores de cobertura para danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais e danos morais variam de acordo com o item segurado. Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.																												
<b>16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>																												
<b>16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos:</b> A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, que é uma prática contínua e multidisciplinar, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A metodologia adotada no gerenciamento de riscos, está definida na Norma de Gestão de Riscos, aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração e revisada em 2022 e está baseada em padrões internacionalmente aceitos, como o modelo Enterprise Risk Management (COSO-ERM) e ISO 31.000. O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.																												
<b>16.2. Gestão do risco de capital:</b> A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.																												
<b>16.3. Categorias de instrumentos financeiros e outros passivos:</b>																												
			<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>																								
<b>Ativos financeiros</b>																												
Valor justo por meio do resultado:																												
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras			16.124	16.211																								
<b>Custo amortizado:</b>																												
- Caixa e Bancos			39	43																								
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias			13.748	11.317																								
			<b>29.911</b>	<b>27.571</b>																								
<b>Passivos financeiros</b>																												
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:																												
- Fornecedores			10.646	22.260																								
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste			3.989	7.450																								
			<b>14.635</b>	<b>29.710</b>																								
<b>16.4. Risco de mercado: 16.4.1. Gestão do risco de taxa de juros:</b> A receita da Companhia, nos termos do contrato de concessão e da regulamentação vigente, é atualizada anualmente por índice de inflação. A RAP é reajustada através de resolução homologatória, após aprovação pela Diretoria Colegiada da ANEEL, cuja vigência é compreendida pelo período de 1º de julho de um ano até 30 de junho do ano subsequente. Em caso de deflação, a concessionária terá sua receita reduzida e, com isso, incorrer em possível impacto no resultado. Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos. A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.																												
<b>16.4.2. Análise de sensibilidade de sobre instrumentos financeiros:</b> As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.																												
	<b>Índices</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Cenário provável em 31/12/2025</b>																									
	CDI <sup>1</sup>	10,83%	15,00%																									
<sup>1</sup> Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 07 de março de 2025 - Fonte Externa Independente.																												
<b>Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos</b>			<b>31/12/2024</b>	<b>Efeito Provável no LAIR - 2025 - (redução)</b>																								
Ativos financeiros – Equivalente de caixa – CDI			16.124	672																								
<b>16.5. Gestão de risco de crédito:</b> O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras. O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração analisa caso a caso a necessidade de contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Casos judicializados são acompanhados e avaliados para que sejam atribuídas as devidas classificações.																												
<b>16.6. Gestão do risco de liquidez:</b> A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos e financiamentos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.																												
<b>16.7. Gestão dos riscos operacionais:</b> É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são: <b>Riscos regulatórios</b> - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.																												
<b>Risco de seguros</b> - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.																												
<b>Risco de interrupção do serviço</b> - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.																												
<b>Risco técnico</b> - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.																												
<b>Risco de contencioso</b> - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia nos custos. A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento																												
<b>com exigências regulatórias e legais;</b> (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.																												
<b>16.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:</b> Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.																												
<b>16.8.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:</b>																												
	<b>Ativos financeiros</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Hierarquia do valor justo</b>																							
	Aplicações financeiras de curto prazo	4	16.124	16.211	Nível 2																							
A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.																												
<b>17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>																												
<b>Composição da receita operacional líquida</b>			<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>																								
Remuneração do ativo de contrato de concessão			80.072	77.007																								
Correção monetária do ativo de contrato de concessão <sup>1</sup>			53.517	44.734																								
Operação e manutenção			17.230	16.579																								
Parcela variável <sup>2</sup>			6.072	(1.006)																								
Outras receitas <sup>3</sup>			307	1.400																								
<b>Receita operacional bruta</b>			<b>157.198</b>	<b>138.714</b>																								
PIS e COFINS correntes			(10.199)	(10.181)																								
PIS e COFINS diferidos			(3.192)	(2.812)																								
Encargos setoriais			(1.478)	(1.370)																								
<b>Deduções da receita</b>			<b>(14.869)</b>	<b>(14.363)</b>																								
<b>Receita operacional líquida</b>			<b>142.329</b>	<b>124.351</b>																								
<sup>1</sup> Impacto no ativo de contrato pela prorrogação do prazo de concessão. <sup>2</sup> Impacto devido a reversão de PVA ocorrida no mês de novembro de 2024, no valor de R\$7.611. <sup>3</sup> Receitas de rede de fronteiras e Demais Instalações – DIT.																												
<b>Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL</b>			<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>																								
Receita operacional bruta			157.198	138.714																								
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa			(55.066)	(70.365)																								
<b>Receita operacional bruta tributável</b>			<b>102.132</b>	<b>68.349</b>																								
<b>18. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS</b>																												
			<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>																								
- Remuneração direta																												
			(3.183)	(2.112)																								
- Benefícios																												
			(227)	(208)																								
- FGTS e INSS																												
			(209)	(208)																								
<b>Pessoal</b>																												
			<b>(3.619)</b>	<b>(2.528)</b>																								
- O&M																												
			(23)	-																								
- Outros																												
			(137)	(43)																								
<b>Materiais</b>																												
			(160)	(43)																								
<b>Serviços de terceiros</b>																												
			(1.544)	(1.585)																								
<b>Depreciação e amortização</b>																												
			(125)	(61)																								
- Perdas de crédito esperada (PCE)																												
			(1.800)	-																								
- Reversão de provisão de multa por atraso																												
			8.500	-																								
- Outros																												
			(345)	(297)																								
<b>Outros custos e despesas operacionais</b>																												
			6.355	(297)																								
<b>Total custos e despesas</b>																												
			907	(4.514)																								
A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:																												
<b>Custos com materiais:</b> Custo com material de operação e manutenção.																												
<b>Custos e despesas com serviços de terceiros:</b> Custo com serviço de operação e manutenção, vigilância e limpeza, transporte, serviços advocatícios, viagens, serviço de auditoria, compartilhamento de instalações, viagens, compartilhamento de infraestrutura e RH e energia elétrica.																												
<b>Outros custos e despesas operacionais:</b> Reversão de provisão de multa por atraso, perdas de crédito esperada, material de consumo, taxas e contribuições, aluguéis e seguros.																												
<b>19. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA</b>																												
O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 2 de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2024, 50% (50% em 31 de dezembro de 2023) do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev. A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores indiretos da Companhia. A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11 – Partes Relacionadas.																												
<b>20. OUTRAS INFORMAÇÕES</b>																												
Aspectos ambientais - O empreendimento está regular com suas obrigações ambientais e devidamente licenciado.																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="5">Licença ambiental</th> </tr> <tr> <th>Trecho</th> <th>Licença de Operação nº</th> <th>Data de emissão</th> <th>Data de vencimento</th> <th>Órgão emissor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>LT 500 kV Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2</td> <td>1637/2022</td> <td>03/03/2022</td> <td>03/03/2026</td> <td>IBAMA</td> </tr> </tbody> </table>					Licença ambiental					Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Data de vencimento	Órgão emissor	LT 500 kV Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	1637/2022	03/03/2022	03/03/2026	IBAMA									
Licença ambiental																												
Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Data de vencimento	Órgão emissor																								
LT 500 kV Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	1637/2022	03/03/2022	03/03/2026	IBAMA																								
<b>21. EVENTOS SUBSEQUENTES</b>																												
Alteração de diretoria - Em 28 de março de 2025, o Conselho de Administração da Companhia, elegeu a Sra. Cristina Teixeira Pereira como Diretora Financeira, Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor Técnico e Sr. Jeil Lima de Andrade como Diretor de Implantação. Os diretores eleitos tomarão posse até 04 de abril de 2025.																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Diretoria</th> </tr> <tr> <th>Nome</th> <th>Diretoria</th> <th>Cargo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rinaldo Pecchio Junior</td> <td>Diretor Presidente</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Rinaldo Pecchio Junior</td> <td>Diretor Jurídico e Regulatório (Interino)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Rinaldo Pecchio Junior</td> <td>Diretor Financeiro</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Luis Alessandro Alves</td> <td>Diretor Técnico (Interino)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fábio Antunes Fernandes</td> <td>Diretor de Negócios</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Luis Alessandro Alves</td> <td>Diretor de Implantação</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Diretoria			Nome	Diretoria	Cargo	Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Presidente		Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Jurídico e Regulatório (Interino)		Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Financeiro		Luis Alessandro Alves	Diretor Técnico (Interino)		Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios		Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação	
Diretoria																												
Nome	Diretoria	Cargo																										
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Presidente																											
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Jurídico e Regulatório (Interino)																											
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Financeiro																											
Luis Alessandro Alves	Diretor Técnico (Interino)																											
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios																											
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Conselho de Administração</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Silvia Diniz Wada (ISA BRASIL)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Wagner Yuji Okada (ISA BRASIL)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Vago (ISA BRASIL)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Rinaldo Pecchio Junior (TAESA)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fábio Antunes Fernandes (TAESA)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Vago (TAESA)</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Conselho de Administração		Silvia Diniz Wada (ISA BRASIL)		Wagner Yuji Okada (ISA BRASIL)		Vago (ISA BRASIL)		Rinaldo Pecchio Junior (TAESA)		Fábio Antunes Fernandes (TAESA)		Vago (TAESA)											
Conselho de Administração																												
Silvia Diniz Wada (ISA BRASIL)																												
Wagner Yuji Okada (ISA BRASIL)																												
Vago (ISA BRASIL)																												
Rinaldo Pecchio Junior (TAESA)																												
Fábio Antunes Fernandes (TAESA)																												
Vago (TAESA)																												
<b>Marcelo Meira Trunquim Fernandez</b> Contador CRC RJ-087299/O-7																												
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b>																												
Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Interligação Elétrica Aimorés S.A. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Aimorés S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.																												
<b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.																												
<b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:</b> A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.																												
<b>Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:</b> A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.																												
<b>Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em																												
conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:																												
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.																												
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.																												
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.																												
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.																												
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.																												
Rio de Janeiro, 28 de março de 2025																												
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU			Marcelo Salvador																									
Auditores Independentes Ltda.			Contador																									
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ			CRC nº MG 089422/O-0																									

